



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Melhorar o bem-estar e a situação de emprego das pessoas portadoras de deficiência

No que respeita aos benefícios para as pessoas portadoras de deficiência, o Governo implementou três medidas de apoio económico para assegurar a atribuição do subsídio de invalidez e, a partir do final do ano passado, começou a atribuir um subsídio mensal de 2175 patacas para os cuidadores. No entanto, como este montante é relativamente baixo e os beneficiários são relativamente poucos, é difícil reduzir, de forma eficaz, os pesados encargos financeiros que as pessoas portadoras de deficiência e os seus cuidadores enfrentam nesta situação de epidemia. Sugiro o seguinte: a atribuição do subsídio do “Projecto Piloto de Atribuição do Subsídio a Cuidadores” termina em Novembro deste ano, portanto, o Governo deve, quanto antes, rever esse projecto e apresentar uma proposta de actualização, no sentido de reforçar o apoio às camadas mais desfavorecidas.

Em relação à situação de emprego das pessoas com deficiência, o Governo criou, em Janeiro de 2004, o “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Capacidades”, com o objectivo de fornecer, gratuitamente, aos empregadores e às pessoas com deficiência, serviços de recrutamento e conjugação de emprego, de acompanhamento da situação de emprego e de apoio, e foram obtidos bons resultados. No entanto, devido ao impacto da epidemia, os negócios das micro, pequenas e médias empresas têm vindo a piorar. De entre os 97 deficientes que se registaram entre 2020 e Junho de 2021, apenas 24 conseguiram encontrar emprego, e em Setembro de 2020, dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

14 formandos que concluíram o “Programa de Estágio para Deficientes”, apenas 4 foram contratados. O Governo afirmou que as empresas sociais e algumas micro, pequenas e médias empresas que contratam pessoas portadoras de deficiência têm de encarar o ambiente do mercado, tal como as outras empresas. No entanto, a situação de queda da economia em condições normais de mercado é diferente da situação de epidemia destes últimos dois anos, com as suas características de longa duração e profundo impacto que dificultam o emprego das pessoas portadoras de deficiência que têm vontade de trabalhar, enfraquece a iniciativa das empresas na contratação de deficientes e até possibilita que estes fiquem desempregados, dificultando-lhes a reintegração no mercado de trabalho e afectando, conseqüentemente, a subsistência das suas famílias. Em relação às micro, pequenas e médias empresas que contratam pessoas portadoras de deficiência, o Governo implementou o “Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência”, mas como o volume de negócios sofreu uma redução significativa, a isenção de alguns impostos ainda não é suficiente para cobrir as despesas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Durante a situação de epidemia, o Governo vai atribuir aos portadores de deficiência mais uma prestação anual do subsídio de invalidez normal e do subsídio de invalidez especial?
2. O Governo deve aumentar as vagas dos “melhores trabalhadores deficientes” e o valor dos respectivos prémios. Vai fazê-lo? Ao mesmo tempo, deve tomar como referência o projecto “*Enhancing Employment of People with Disabilities through Small Enterprise*” de Hong Kong, atribuindo mensalmente apoio financeiro aos empregadores que contratam pessoas portadoras de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

deficiência, tendo em conta o número de trabalhadores contratados, a fim de estabilizar e promover o emprego dessas pessoas. Vai fazê-lo?

3. Nas minhas visitas domiciliárias, verifiquei que alguns indivíduos que deviam possuir o “Cartão de Registo de Avaliação da Deficiência” não o tinham, por não estarem a par das informações ou por não terem recebido apoio atempado do exterior, e desconheciam a existência de tal cartão e do respectivo regime de benefícios. O Governo deve tomar a iniciativa de reforçar as respectivas acções de divulgação. De que medidas dispõe para o efeito?

3 de Setembro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting